



CAFÉS E CONFEITARIAS DO RECIFE OITOCENTISTA

Eliza Brito Santos

Doutoranda

Universidade do Porto

elizabritosantos@gmail.com

Na segunda metade do século XIX, a cidade do Recife crescia e desejava se “civilizar” aos moldes europeus. Esse processo de modificações estruturais, sociais e culturais contava com o surgimento de algumas inovações, a exemplo de cafés e confeitarias que, ao longo dos anos, se transformaram em importantes espaços de sociabilidades da capital pernambucana. Nesses ambientes, que eram então novidades, pessoas se reuniam para conversar, discutir as notícias ou apenas se divertir, aproveitando a ocasião para comer e beber. O estudo desses espaços gastronômicos ajuda a entender um Recife para além das “lutas libertárias”, como muito se escreveu, mas, sobretudo, uma cidade que se transformava e procurava oferecer novos hábitos, imitando os europeus.

Palavras-chave: Recife; Gastronomia; Sociabilidades.

Os avanços na escrita da História, promovido pela Escola dos Annales, desde 1929, tornaram possível o foco na vida cotidiana e na história local. Mas é preciso lembrar que o regional sempre está conectado ao global. Por isso, para compreender o Recife do século XIX, é necessário, antes, ampliar o olhar para as questões geopolíticas do continente europeu, no período, e para as alterações da relação colonial desde a transferência da família real

portuguesa para o Brasil, em 1808, fato que modificou a história do país e da capital pernambucana, em consequência das disputas entre França e Inglaterra pela hegemonia europeia e o domínio dos mercados coloniais europeus.

Imperador da França desde 1804, Napoleão Bonaparte implementou uma política expansionista que tinha na Inglaterra seu principal entrave. Depois de sucessivas derrotas em batalhas navais contra a Inglaterra, em especial a Batalha de Trafalgar, em 1805, Bonaparte apostou no Bloqueio Continental, assinado em Berlim a 21 de novembro de 1806, que decretava o fechamento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês. O objetivo de Napoleão era gerar uma forte crise econômica para Inglaterra, que ficaria impossibilitada de escoar sua produção tanto industrial quanto de outras naturezas – já que a prosperidade britânica se dava no envio, para outras regiões, de sua produção. Com os problemas econômicos e sociais causados por este bloqueio, acreditava-se que o país iria, finalmente, se submeter à França imperial. Mas, para que o Bloqueio Continental tivesse real eficácia, era preciso que todos os países da Europa continental se submetessem. A adesão dos portos localizados nos extremos do continente, ou seja, os do Império Russo e os da Península Ibérica, especialmente os de Portugal, era crucial. O Acordo de Tilsit, firmado com o czar Alexandre I da Rússia, em julho de 1807, garantiu a Napoleão o fechamento do extremo leste da Europa. Mas, a ocidente, os portos das cidades de Lisboa e do Porto ainda constituíam um problema para a estratégia francesa. Em agosto de 1807, Napoleão enviou um ultimato ao príncipe regente D. João, exigindo o rompimento com a Inglaterra e a prisão dos súditos ingleses que habitassem o Reino, confiando-lhes os bens. Caso não cumprisse as ordens, Portugal seria invadido pelas tropas francesas. Para o pequeno país europeu, era impossível enfrentar as forças francesas. A alternativa que sua aliada, a Inglaterra, lhe apontava como a melhor era a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, que passaria a ser a sede do Reino.

Em Setembro [1807] os ministros de França e Espanha abandonam Lisboa; navios portugueses em portos sob domínio francês são apresados. A neutralidade tentada pela diplomacia portuguesa torna-se uma miragem e uma impossibilidade. O Exército português, fruto de anos de desleixo, estava mal preparado e equipado e tinha desguarnecido as praças de fronteira e sido colocado no litoral; por um lado para dar uma aparência de cumprimento do Bloqueio Continental, mas por outro lado para permitir o seu fácil embarque... Não é neutral quem quer mas quem pode e Portugal não podia. (SILVA, 2015: 3)

Para a Corte portuguesa, a fuga para a sua principal colônia era uma questão de sobrevivência e, para a Inglaterra, de ganhos econômicos. No caso do Brasil, foi um ponto de virada da própria história. No dia 28 de janeiro de 1808, na Bahia, Dom João promulgou a Carta Régia que terminou com o exclusivismo comercial entre metrópole e colônia. A partir de então, os portos do Brasil foram abertos às nações amigas. Em março de 1808, a Corte instalou-se no Rio de Janeiro. Estas mudanças foram cruciais para a entrada de mercadorias, cidadãos e, claro, influências estrangeiras, o que ocasionou transformações que ajudaram no processo de independência, ocorrido em 1822. A chegada da família real e tudo o que aconteceu em consequência dessa vinda foi modificando a fisionomia da nova capital da metrópole. Além das mudanças físicas, muitas outras foram implementadas. Para o bom funcionamento da burocracia estatal da monarquia portuguesa, importantes instituições régias foram trasladadas para o Rio de Janeiro. Foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte, responsável pela guarda pessoal da família real e, também, por manter a ordem e cuidar da reestruturação da cidade. Foi implantada a primeira tipografia na colônia, a Impressão Régia, que tinha numerosas funções, como a impressão dos documentos governamentais, a produção do primeiro jornal impresso no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, e a publicação de livros. Também foram criadas instituições jurídicas e militares e espaços públicos como o Jardim da Aclimação, atual Jardim Botânico, voltado para o estudo das ciências naturais. Foi criado, ainda, um banco nacional, o Banco do Brasil. Com a instituição financeira, a colônia ganhou um novo status político e econômico dentro dos limites imperiais da monarquia portuguesa e diante dos comerciantes internacionais.

A queda de Napoleão, em 1815, fez com que o comércio com outros países, como França e Espanha – que devido ao Bloqueio Continental não podiam negociar com o Brasil – fosse intensificado. No mesmo ano, a então colônia portuguesa da América foi elevada à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves: “Desparecia, desse modo, o estatuto colonial e o Brasil passava, formalmente, a ser um reino no mesmo nível de Portugal” (ANDRADE, 1997: 115). O contato com tantos estrangeiros, e com novas ideias que vinham com eles, trouxe mudanças para várias zonas do território brasileiro, não exclusivamente para o Rio de Janeiro. O Recife era detentor de um dos mais importantes portos da região Norte do país – que no século XIX era dividido apenas em regiões Norte e Sul – e, como aconteceu com as outras cidades portuárias brasileiras, também ganhou bastante dinamismo com a abertura dos

portos, em 1808. O comércio varejista da capital pernambucana cresceu, além do fato de que, após a independência (1822), mais empregos surgiram nas cidades, em consequência da nova configuração política, jurídica e administrativa. Estes fatores, além do magnetismo natural da urbe, ajudaram a intensificar a migração de pessoas da zona rural para a urbana (CARVALHO, 2010: 76). A cidade crescia e se modernizava. As mudanças estruturais pelas quais passava o Recife eram acompanhadas de novos hábitos e comportamentos sociais e essas transformações eram norteadas pela tentativa de “civilização”, seguindo os moldes europeus, baseados na ideia de ordem, ciência, progresso e higiene. A ideia era controlar o comportamento social como forma de garantir os melhoramentos buscados pelas elites locais, como também aconteceu na Europa.

O conceito de civilização, conforme descreveu o sociólogo alemão Norbert Elias (1990), pode se referir a diferentes medidas: nível da tecnologia, tipo de maneiras, desenvolvimento dos conhecimentos científicos, ideias religiosas, costumes, tipo de habitações, maneira como homens e mulheres vivem juntos, forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. A questão central é que este conceito vem, na verdade, enaltecer a lógica de funcionamento da vida ocidental, mais especificamente a europeia.

Mas se examinamos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais. (ELIAS, 1990: 23)

Elias ressalta que durante o longo processo de constituição dos Estados-nação europeus surgiram inúmeras formas de controle do comportamento, com o objetivo de consolidar as estruturas de distinção social. A sociedade de corte francesa dos séculos XVII e XVIII teve um importante papel nesse processo, a partir do momento em que defendia deter o domínio adequado das condutas, garantindo prestígio social e disseminando esse padrão de conduta em círculos cada vez mais largos. Essa concepção civilizadora seria justificativa para a dominação de outros povos “menos civilizados” por parte do “mundo civilizado”, ou seja, europeu. “A noção de evolução inevitável em direção ao estágio civilizacional gerou, em

sociedades ditas ‘primitivas’ e ‘bárbaras’, a noção de que poderiam superar sua situação de inferioridade” (HORA, 2015: 34-35). Para garantir essa “conquista civilizacional”, a ruptura com o passado passa a ser fundamental. E será esta visão eurocêntrica de progresso e civilidade, como quase sinônimos do moderno, benéfica para os povos “civilizados”, europeus, que precisavam desse conceito para garantir seu domínio sobre tantos outros povos “incivilizados”, que garantirá as transformações urbanas modernizadoras na Europa e nas Américas, o que inclui o Recife, no século XIX.

Mensurar com exatidão o crescimento da capital pernambucana durante o Oitocentos é difícil. Os censos do período eram imprecisos, a começar pelas contagens, que não eram centralizadas em um único órgão estatal, sendo realizadas por padres, juízes de paz, subdelegados, agentes dos aparelhos administrativos e repressivos e seus prepostos. Outro aspecto dificultador é que não faltaram reconfigurações das unidades políticas e judiciais no período do Império, o que modificava, constantemente, o tamanho das freguesias e atrapalhava as estatísticas. Além disso, as declarações para os censos não eram precisas, já que muitas famílias não declaravam com exatidão o número de escravos que possuíam, com medo de pagar muitos impostos, nem o número de filhos homens, receando o recrutamento militar. Em decorrência das fragilidades dos censos do Oitocentos, é impossível medir o crescimento da capital pernambucana, mas é possível estimar essa realidade, confrontando dados de censos publicados nos anos de 1828 e 1856. A população do Recife (bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista), em 1856, cresceu quase 60% em relação ao ano de 1828. O número de escravizados permaneceu estável, mas a população livre teve um crescimento de mais de 80%, segundo o historiador Marcus de Carvalho:

De acordo com aqueles dados de 1856, a população dos três bairros somados subira para 40.977 habitantes, contra 25.678 listados em 1828. Isso significa um aumento populacional de 59,5 por cento em menos de trinta anos. Desse total de 1856, 33.270 habitantes eram “livres”, e 7.707, escravos, enquanto que, em 1828, havia 17.743 “livres”, e 7.935 escravos, distribuídos entre os três bairros. (CARVALHO, 2010: 73)

O crescimento da cidade e da população acarretou a abertura de novas vias terrestres e, conseqüentemente, de novos meios de transportes, como os trens. Também houve modificações no cotidiano das pessoas, que precisavam aprender a circular sem sofrer danos físicos, convivendo com transportes antes inexistentes. O ritmo da vida vai sendo modificado e a população precisa conviver com essa nova dinâmica, que muda a experiência com o tempo

e exige a adaptação a uma maior velocidade diária. As novidades nos meios de locomoção pela cidade eram encaradas como sinônimo de progresso e ajudavam na mudança de hábitos antigos, não só no que diz respeito à circulação dos transeuntes, mas também no tocante a questões morais, como o confinamento das mulheres dentro de casa.

O hábito de sair de casa para compras, para consultas ao médico, para tratamento dos dentes, mesmo a passeio, seria restrito depois de haver sido por longos séculos proibido e pecaminoso. Mas o século XIX, já de início, se prometia revolucionário pelas terras do Brasil, mormente pelas de Pernambuco, até nas usanças e na guerra aos preconceitos. (SETTE, 1948: 17)

As mudanças de hábitos não se restringiam à maior liberdade para as mulheres. Os sepultamentos em igrejas começavam a ser condenados pelos médicos do Recife, já que eram creditados pelos profissionais de saúde, na época, como um dos hábitos responsáveis por diversas epidemias que acometiam os recifenses, em especial o cólera. Além dos sepultamentos sem obedecer às condições corretas de higiene, as péssimas condições de abastecimento de água, o sistema de remoção de desejos em barris carregados por negros escravizados, os chamados “tigres”, e o desconhecimento clínico de algumas moléstias foram fatores essenciais para a propagação de tantas epidemias. Dentro das novas perspectivas sanitárias, mesmo com a rejeição de grande parte da população devido à força da tradição religiosa, o cemitério público de Santo Amaro começou a ser construído em 1850, sendo aberto em março de 1851. Os enterros, que eram tradicionalmente realizados nas igrejas, passaram a se dar nas necrópoles. Além do fim dos sepultamentos em igrejas, outras regras passavam a ser impostas com a justificativa de fazer a urbe progredir. Medidas de estética exigiam largura nas ruas e travessas novas: 40 palmos para as travessas e 60 palmos para as ruas. Começaram a ser abertas novas comunicações, como a da Esperança, na Boa Vista, que hoje é a Conde da Boa Vista (SETTE, 1948: 44). O “progresso” podia ainda ser observado pelo uso de água encanada, com a instalação de chafarizes pela cidade, pela iluminação mais eficiente, com o uso de gás carbônico, em vez do azeite de peixe, e pela utilização do ferro e do vidro nas construções e obras públicas, como no caso das pontes e de prédios hoje históricos da capital.

No ano de 1859, o velho sistema de iluminação pública por meio de lampiões a óleo de peixe ou azeite de carrapateira vai sendo substituído pelas lâmpadas a gás carbônico. E obras modernizantes, que utilizavam o ferro, que representava o progresso buscado pelas

elites recifenses, foram construídas na cidade. No ano de 1865, foi reinaugurada a nova ponte Sete de Setembro, um monumento em ferro ligando o bairro do Recife à Ilha de Antônio Vaz (bairro de Santo Antônio). “Uma década depois, em 1876, foi construída, também em ferro, a ponte da Boa Vista, ligando a ilha de Antônio Vaz ao bairro da Boa Vista” (ARRAIS, 2004: 176). Inaugurado em 7 de setembro de 1875, o Mercado de São José foi outro edifício com arquitetura em ferro. A construção foi inspirada no mercado público de Grenelle, localizado em Paris, e é considerada o mais antigo edifício de ferro existente no Brasil e provavelmente o primeiro que aqui se montou. Assim como o Mercado de São José, o Teatro de Santa Isabel, um dos poucos exemplares do neoclassicismo erguidos no Brasil do período, foi outra importante obra modernizante, esta inaugurada anos antes, em 18 de maio de 1850. Importante local de trocas sociais e culturais da cidade, recebia as representações nacionais e internacionais mais importantes e era palco de bailes de máscaras e à fantasia. Ao lado do teatro, foi construído o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, entre os anos de 1871 e 1880. Em estilo neoclássico francês, apresentava elementos ecléticos. O prédio tinha o objetivo de ser uma escola profissionalizante. No contexto de iminente fim da escravidão, com a modernização das cidades, as elites desejavam moralizar e especializar a mão-de-obra pobre e livre. Para a formação das classes mais abastadas, era voltada uma outra iniciativa arquitetônica e urbanística do século XIX, no Recife: a Faculdade de Direito. O Curso Jurídico, que funcionava em Olinda – instalado inicialmente no Mosteiro de São Bento, no ano de 1828 –, foi transferido, em 1854, para o Recife. Os Cursos Jurídicos, que surgiram concomitantemente em Olinda e na cidade de São Paulo, representaram as primeiras instâncias de Ensino Superior no país. O Brasil já era independente, mas culturalmente ainda não tinha se desvencilhado de Portugal, a partir do momento em que os filhos da terra ainda precisavam estudar em Coimbra. A vinda da Academia para o Recife é, portanto, de grande valor para o fortalecimento da cidade como a mais importante da província.

O Recife do Oitocentos passava por todas essas transformações estruturais e sociais, que tinham consequências econômicas, políticas e na forma de viver da população. A capital pernambucana, na segunda metade do século XIX, mudava a sua face com novas construções e ganhava locais novos para os divertimentos e a convivência social, entre eles os cafés e as confeitarias.

Novos espaços de gastronomia do Recife oitocentista

No trabalho de resgatar os hábitos de uma sociedade, em um determinado período histórico, a comida é um ponto importante a ser levado em consideração, já que a alimentação é um forte instrumento de reconhecimento e de pertencimento. Para o sociólogo italiano Massimo Montanari, assim como a língua falada, o sistema alimentar é parte e representa a cultura de quem o pratica, sendo depositário das tradições e da identidade de um grupo. O investigador defende que os hábitos alimentares são o primeiro modo para entrar em contato com culturas diversas: “Mais ainda que a palavra, a comida se presta a mediar, entre culturas diversas e abrindo os sistemas de cozinha a todo tipo de invenções, cruzamentos e contaminações” (MONTANARI, 2008: 183-184). A mesa é, também, um espaço de sociabilidades.

Utilizado genericamente como a capacidade humana de viver em sociedade, de interagir, o termo “sociabilidades” ganhou caráter histórico e sociológico com o historiador francês Maurice Agulhon (2009), no seu estudo sobre a burguesia francesa do século XIX. O escritor analisou a reunião de homens da burguesia ascendente, pós-Revolução Francesa, em cafés, ainda no século XVIII, e no que ele chama de círculos burgueses, que são as associações de funcionários, profissionais liberais e políticos, no século XIX. Para o pesquisador, estes espaços teriam substituído os salões aristocráticos, em que as famílias nobres desfrutavam de momentos de ócio, cultura e discussões literárias e políticas antes do período revolucionário, quando o país era governado por uma monarquia absoluta, período chamado de Antigo Regime. Para Agulhon, os círculos burgueses deram origem às associações profissionais, tão comuns nos dias atuais: “A diferença – como já falamos e inclusive repetimos – entre o grupo de frequentadores de um café e o grupo de associados de um círculo não é mais do que a existente entre o ‘informal’ e o ‘formal’” (AGULHON, 2009: 106). Assim, enquanto nos cafés os encontros eram informais, mesmo que os clientes fossem habituais, nos círculos havia uma formalização dos participantes, que não eram apenas frequentadores, mas também sócios das associações. As sociabilidades dos cafés e círculos burgueses eram reservadas aos homens, excluindo as mulheres e as crianças, que tinham lugar nos salões da nobreza europeia. Para Agulhon, essa realidade também pode ser explicada pela nova formação social, já que a burguesia ascendente apostava na educação

masculina como forma de garantir o progresso rápido da sua situação econômica. Mesmo com a separação entre os sexos, as sociabilidades públicas burguesas em locais como os cafés representaram um avanço no acesso mais democrático dos convivas. “Os cafés não só permitiam um acesso mais fácil aos círculos da moda, mas, acima de tudo, abrangiam as camadas mais amplas da classe média e até mesmo artesãos e merceeiros” (HABERMAS, 1984: 48-49).

Na segunda metade do Oitocentos, as sociabilidades passaram a sofrer ainda mais influência europeia, principalmente francesa, do que no começo do século. O fenômeno era perceptível na sede da Corte e, também, em outras províncias do Brasil, entre elas Pernambuco.

A grande época social de 1850 a 1870, quando o Rio de Janeiro surpreendia os visitantes, era notadamente uma projeção francesa em seus figurinos, músicas, danças, serviços de cardápio. As províncias tinham seus Presidentes, nomeados pelo imperador na indicação ministerial, delegados do partido político, mas também divulgadores das modificações elegantes que a corte determinava. O Recôncavo Baiano recebia seus grandes hóspedes com baixelas de ouro e a aristocracia rural pernambucana orgulhava-se dos esplêndidos serviços que podia expor à admiração estrangeira. (CASCUDO, 2004: 678)

A elite rural da monocultura da cana-de-açúcar é o que há de mais aproximado a essa lógica aristocrática de sociabilidades, em Pernambuco, onde os senhores de engenho recebiam os convidados, em suas casas, e arcavam com todos os gastos dessa socialização. Mas, diferentemente dos salões europeus, as mulheres ficavam excluídas desses momentos de convivialidade.

A senhora de engenho quase nunca aparecia aos estranhos, é verdade; era entrar homem estranho em casa e ouvia-se logo o ruído de saias de mulher fugindo, o barulho de moças de chinelo sem meia se escondendo pelos quartos ou subindo as escadas. O que se dava tanto nos sobrados das cidades como nos engenhos. (FREYRE, 1985: 38)

No século XIX, com a valorização do espaço urbano e a crise açucareira, algumas áreas onde se plantava cana vão sendo incorporadas à cidade, já que a terra passa a valer mais para a moradia do que para o plantio (CARVALHO, 2010: 48). Alguns dos antigos engenhos vão se transformando em bairros, em meados do Oitocentos, e muitas famílias abastadas possuíam seus sítios nestas localidades, nos quais reuniões luxuosas como as dos antigos engenhos eram realizadas. Mas, nos bairros centrais da capital pernambucana – do Recife, de Santo Antônio, de São José e da Boa Vista – os sobrados estreitos que dominavam a paisagem não tinham estrutura para esses encontros e foi surgindo a necessidade de outros

espaços para a convivência social das classes mais abastadas. Neste contexto de modernização, de ampliação de área urbana do Recife, e de mudanças de hábitos pelos quais passavam os moradores da cidade, novos locais de sociabilidades, mais “modernos” e “adequados” ao novo tempo, passavam a ocupar as ruas da cidade. Entre eles, cafés e confeitarias.

Importantes como espaços de gastronomia e de sociabilização, estes estabelecimentos tornam-se comuns na capital pernambucana, na virada do século XIX para o XX, mas, já em meados do Oitocentos, alguns destes negócios tiveram destaque na vida social da cidade. Para desvendar esses espaços, fizemos a pesquisa nos jornais *Diario de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e no *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Provincia de Pernambuco*, publicação que teve diferentes nomes, como *Folhinha de Algibeira* e *Folhinha de Almanak*, entre outros, ao longo do século XIX, e que fazia um apanhado dos principais assuntos comerciais de Pernambuco. Neste artigo, foram utilizados os anúncios do *Diario de Pernambuco*, que foram os mais abundantes.

A primeira cafeteria que recebeu citações foi o Café Francês, situado na Rua Nova, número 69. Um anúncio de julho de 1850 sobre o estabelecimento destacava que “todos os dias, 5 horas em diante, haverá café feito com perfeição e asseio” (*Diario de Pernambuco*, 26.07.1850, p. 3). No ano seguinte, outra nota ressaltava a venda de sorvetes de frutas no local:

No café francez da rua nova haverá sorvete das 6 ½ horas da tarde de hoje em diante, os concurrentes serão servidos com asseio, promptidão e em lugar a vontade, assim como o sorvete será sempre das melhores fructas, bem como hoje do abacaxi; também tem polpa de tamarindos, refinada em lotas de libra. (*Diario de Pernambuco*, 11.12.1851, p. 3)

A sobremesa também foi motivo de publicidade para o que encontramos ser o segundo café mais antigo da cidade, o dos Arcos. Uma nota de dezembro de 1850 já destacava: “De hoje em diante haverá sorvete com todo o asseio, no café dos arcos junto ao theatro velho, das 6 horas e meia da tarde em diante” (*Diario de Pernambuco*, 11.12.1850, p. 2).

O sorvete, citado em anúncios sobre os cafés Francês (funcionou de 1850 a 1852) e dos Arcos (existiu de 1850 a 1873) e em muitos outros encontrados nos periódicos, parecia ser um item muito procurado pelos frequentadores das cafeterias e confeitarias recifenses na segunda metade de Oitocentos. A sobremesa passava a fazer parte das opções de lanches

doces, substituindo ou rivalizando com os bolos e as sobremesas patriarcais. Como destacou o sociólogo Gilberto Freyre, as frutas brasileiras “de que já se faziam tantos doces, tantas geléias, tantas conservas, tantos pudins servidos ainda quentes, tornaram-se também sorvetes e gelados” (FREYRE, 1997: 62), com a chegada do gelo ao Brasil. Para Freyre, o sorvete representou o crescimento da influência do confeitiro francês e italiano, em detrimento da doceira de casa. “O sorvete tornou-se mesmo uma espécie de símbolo da dissolução da sobremesa patriarcal – quase sempre quente – e até dos serões em volta do chá fumegante com sequilhos, com bolo de goma, com queijo do sertão, com pão torrado – o pão torrado na hora” (FREYRE, 1997: 62). O doce também foi um dos responsáveis pela mudança na frequência dos cafés, na virada do século XIX para o XX, que deixava de ser exclusivamente masculina para contar com um número crescente de famílias, com mulheres e crianças das classes mais privilegiadas, e inclusive de senhoras sozinhas, sem a companhia dos maridos ou dos filhos.

A iguaria atuaria como o cartão de entrada para as mulheres nesse tipo de estabelecimento, não somente as que o faziam de braços dados com os maridos de um lado e ancoradas a um menino guloso pelo outro, mas também as perfeitamente desacompanhadas que não se entregavam, necessariamente, ao tipo de labor o qual se dedicavam as mariposas noturnas da capital pernambucana. (TOSCANO, 2014: 113)

A frequência majoritariamente masculina nos cafés e nas confeitarias pode ser observado em vários anúncios sobre os estabelecimentos. Muitas vezes a “rapaziada” é chamada a visitar os estabelecimentos. As referências à venda de produtos para esse público também são comuns. Para agradar ao público, estes negócios costumavam oferecer espaços de convivência com a oferta de charutos e jogos, principalmente os bilhares. O Café Imperatriz, inaugurado em 1869 e que funcionou até 1882, foi um importante ponto de encontro da sociedade pernambucana, na segunda metade do Oitocentos, e era um dos que apostava na estratégia de jogos. Um anúncio de fevereiro de 1871, no Diário de Pernambuco, ilustra bem:

Jogo de bilhar. HOJE E AMANHÃ. No café Imperatriz. Mr. P. Carme, chegado ultimamente dos Estados Unidos, a instancias de alguns amigos resolveu dar duas representações, nos dias acima indicados, nos quaes executará o que ha de mais difficil no jogo de bilhar. Preço da entrada 2\$000. Principiará às 8 horas. P. E. Estará exposto o taco de ouro. (Diario de Pernambuco, 23.02.1871, p. 3)

Os jogos faziam parte das práticas de convivência e divertimento da sociedade recifense do Oitocentos, mas foram um dos principais alvos da polícia municipal ao longo

do século. “Havia uma lista grande de jogos que eram proibidos, os chamados “jogos de parada”: ronda, lasquinet, maior ponto, maior ponto bancado, l’ecarté, lasca, víspora, gagá, banca francesa etc. As multas eram de 30\$ e oito dias de prisão” (MAIA, 2004: 4). A ideia era que eles eram nocivos à formação da classe trabalhadora e vistos como incentivadores dos vícios e até dos crimes. As proibições focavam nas casas de jogos, mas também em espaços como vendas, tavernas e botequins, locais que costumavam oferecer jogos para o seu público e que eram ponto de encontro da classe mais pobre, tanto a livre como a escrava. Os cafés também reuniam homens das classes menos favorecidas, mas não era esse o único nem o público principal destes espaços. Além disso, encontramos menções a diferentes jogos de azar nesses estabelecimentos, nos anúncios divulgados nos jornais oitocentistas, mas a forma como estes registros destacavam o jogo de bilhar mostra que este era o divertimento no qual as cafeterias mais investiam. Por estas questões o foco maior das autoridades não recaía nos cafés, o que não significa que as cafeterias também não tenham sido alvo de fiscalizações e punições.

Outra estratégia comum dos estabelecimentos para atrair visitantes era aproveitar as festas tradicionais, como Natal, fim de ano e o São João. A historiadora Sylvia Couceiro, que estudou os divertimentos no Recife do começo do século XX, ressaltou o papel dessas manifestações tradicionais, que, junto com as festas religiosas, eram as principais formas de socialização dos recifenses. Este cenário começa a mudar apenas no final do século XIX.

Desde o final do século XIX novos tipos de diversão começaram a aparecer no Recife, convivendo com festas e manifestações tradicionais da cidade. As comemorações de época – Natal, Ano Bom e São João –, as festas religiosas, com suas procissões e quermesses, os desfiles das bandas e charangas, as danças e manifestações, como pastoril, fandango, mamulengo, bumba-meu-boi, as temporadas das companhias de operetas e peças teatrais encenadas no Teatro de Santa Isabel passaram a disputar a preferência dos habitantes do Recife com as novas formas de entretenimento (COUCEIRO, 2010: 86).

O Café Ruy, cuja primeira menção nos periódicos é de 1879, tendo existido até 1909, foi responsável por vários anúncios exaltando as delícias das festas juninas para atrair a clientela. A polka divulgada no Diário de Pernambuco, no ano de 1882, é um bom exemplo:

Polka.
Oferecida aos fregueses do café Ruy

Chego o tempo da grande folia,
Da canjica o bom tempo já é;
Multidão de balões cobre os ares,
Já ribomba o feroz busca pé.

Vem o tempo dos grandes apuros,
De visitas o tempo já é:
Se banquetes o rico oferece
Dá o pobre o humilde café

Café simples também não será...
Mais um bolo, mãe benta ou pamonha
Quem não pode ofertar lauta ceia
Dá o simples café (sem vergonha).

Uns e outros, contudo, precisão
Grandes bolos de arroz em fubá;
Só nos resta saber do problema
O difícil, o – x – “onde há”?

Não é tudo; quem come a pamonha
Da grossura da fina taboca,
Também come de boa vontade
Os bons bolos de sã mandioca.

Já falei em diversos manjares,
Mas que Val esta lista tamanha
Sem citar o bom pé de moleque
Temperado com assada castanha?

Quem não quer festejar São João?
Quem São Pedro não quer festejar?
Lá no RUY do Gustavo o Café
Hão de tudo, por certo encontrar.

Ide todos que em todo o Recife
Café bom como ali não vereis,
Não precisa ensinar – todos sabem:
– Rua Nova – cinquenta e mais seis –.
(Diario de Pernambuco, 16.06.1882, p. 3).

A lista de delícias citadas no texto é típica das festas do ciclo junino em Pernambuco. Período que coincide com o da colheita do milho, alimento tipicamente americano, que é plantado em março por ser época de chuva. Com abundância do cereal no momento comemorativo dos santos de junho, várias receitas com milho foram criadas para marcar as celebrações. Canjica, cuscuz, munguzá, pamonha e bolos de fubá, de milho e de xerém são alguns exemplos de iguarias bastante comuns durante as comemorações juninas locais.

O Café Ruy foi um dos mais importante do período e por meio dos anúncios sobre o estabelecimento é possível constatar muitas características da sociedade pernambucana do Oitocentos. O fetiche pela tecnologia, por exemplo, pode ser reconhecido por anúncios que destacavam que os clientes podiam ver o café ser torrado no estabelecimento. O gosto pelos sorvetes e pelos bolos também é constatado pelas notas sobre o café nos jornais da época,

que enfatizam a variedade dessas sobremesas no cardápio da casa. Uma curiosidade é a relação do Café Ruy com uma das confeitarias mais atuantes no Oitocentos, a Confeitaria do Campos. Inaugurada em 1870, na rua do Imperador, era na confeitaria em questão onde o Café Ruy era vendido, antes de tornar-se uma cafeteria. E como acontecia com o caso dos cafés, os anúncios sobre a confeitaria, que existiu até 1881, nos ajudam a conhecer a sociedade pernambucana do período. Uma das características é o uso do trabalho escravo e da importância dos caixeiros para o funcionamento das atividades comerciais. Em dezembro de 1872, uma nota no Diário de Pernambuco que dizia: “Precisa-se de um escravo para o serviço externo e interno de confeitaria e pastelaria; assim como um menino nacional ou estrangeiro para caixeiro: a tratar na confeitaria do Campos, rua do Imperador n. 24” (Diário de Pernambuco, 28 de dezembro de 1872, p. 5) é um exemplo.

A sociedade escravocrata do século XIX utilizava-se da mão de obra negra para serviços de todos os tipos, entre eles os comerciais. No caso dos caixeiros, o cargo era normalmente exercido por trabalhadores livres e era, muitas vezes, a oportunidade para ascensão social. Os proprietários das casas comerciais buscavam trabalhadores com conduta adequada e, além de uma indicação, muitas vezes era necessário que alguém de confiança abonasse a competência do profissional.

Era entre os membros do grupo que o caixeiro conseguia um fiador. A exigência de alguém que respaldasse a “conduta” e a probidade do trabalhador era uma prática comum encontrada nos anúncios de oferta e de procura de trabalho nos jornais do século XIX, de um modo geral, tanto para caixeiros, feitores, empregadas domésticas, para toda gente livre que se submetia a vender a sua força de trabalho. (CÂMARA, 2005: 113)

Outra característica cultural que podemos observar por meio dos anúncios dos cafés e das confeitarias recifenses da segunda metade do século XIX é o fato de que comer fora de casa era um hábito ainda remoto. Tanto que muitos estabelecimentos ofereciam opções de comida para levar. No caso das confeitarias, também há muita ênfase na preparação de alimentos para ocasiões especiais. A Confeitaria dos Ananazes, que funcionou de 1864 a 1871, na rua das Cruzes (atual rua do Bom Jesus) era uma das que destacava esse serviço por meio dos anúncios. Um texto de junho de 1869, no Diário de Pernambuco, ilustra bem:

CONFETARIA DOS ANANAZES. 16 – RUA DA CRUZ – 16. S. ANTONIO, S. JOÃO E S. PEDRO. Há diariamente sortimento de bolinhos para chá, podins, pães-de-ló, bolo inglez, presuntos, ditos em fiambre, pasteis de diferentes qualidades. Papeis para sortes, bolos simples e enfeitados, amêndoas confeitadas e confeitos. Vinhos finos engarrafados, superior chá Hisson, preto e miudinho, fructa em xaropes, ditas secas e cristalizadas, assucar candi, xaropes refrigerantes. Recebe-se

encommendas de bandejas para casamento, bailes e baptisados, com bonitas armações de assucar, sendo estas preferíveis as de papelão: bolos etc., pães de ló enfeitados, qualquer encommenda para fora será bem acondicionada. (Diario de Pernambuco, 07.06.1869, p. 7)

São inúmeras as referências sobre hábitos e costumes que conseguimos constatar por meio dos anúncios sobre os cafés e as confeitarias do Recife oitocentista, divulgados nos jornais pernambucanos do período. As citadas são algumas das mais marcantes, assim como os estabelecimentos citados, que não foram os únicos. Importantes para a democratização do acesso de quem desejava comer bem e socializar, os cafés e as confeitarias reuniam homens de diferentes classes sociais, como profissionais liberais, bacharéis, senhores de engenho e trabalhadores manuais. Para as mulheres de classes mais abastadas, não era de bom tom frequentar estes espaços, realidade que começa a mudar no final do século, com a popularização dos sorvetes e com a mudança de hábitos de uma sociedade ainda patriarcal, mas que crescia e passava a conviver com as “modernidades” do mundo europeu. As negras escravizadas não tinham muita opção e estavam nos cafés e nas confeitarias como funcionárias na cozinha, nas vendas volantes ou até como prostitutas. Os negócios do tipo eram locais onde se tomava café ou chá com bolos e doces, onde era possível encomendar quitutes ou todo o repasto de um casamento ou um batizado e, ainda, onde se discutiam notícias e boatos, se jogava o bilhar ou se fumava um charuto nacional ou importado, acompanhado de um bom vinho, uma cerveja ou um destilado. Eram espaços mais modernos do que as casas de pasto, as tavernas e os botequins – voltados para as bebidas e frequentados por um público mais popular. Fizeram parte do processo de modificações e modernizações pelos quais passava o Recife no Oitocentos.

Nenhum dos cafés e das confeitarias pesquisados sobreviveu aos dias atuais, mas são fragmentos da memória cultural e afetiva da capital pernambucana. Conhecer estes estabelecimentos e traços de suas trajetórias, mesmo que apenas pelos recortes possibilitados por meio de menções nos jornais do período, nos ajuda a desbravar o Recife do século XIX. Cidade que como todas as outras não é feita apenas de muros e concreto, mas é permeada por pessoas, histórias, cores, cheiros e sabores.

REFERÊNCIAS

Diário de Pernambuco. Recife, 1850-1909.

Jornal do Recife. Recife, 1858-1938.

AGULHON, Maurice. *El Círculo burguês: La sociabilidad em Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores Argentina, 2009.

ANDRADE, M. *Pernambuco Imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: Cepe Editora, 1997.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CÂMARA, B. A. D. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora UFPE, 2010.

CASCUDO, Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

COUCEIRO, S. (2003) – *Artes de Viver a Cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Tese de Mestrado em História.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador, Volume 1: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FREYRE, G. *Açúcar: Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. 3.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 1985.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HORA, Laura Patrícia Lopes da. “*A Praça é do povo como o céu é do condor*”: Arborização no Recife no século XIX (1840-1880). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MAIA, C. *O policiamento do cotidiano: as posturas municipais do recife, 1868-1887*. In: *V Encontro Nordestino de História*. Recife: UFPE, p. 01 – 12, 2004.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

SETTE, Mário. *Arruar – História pitoresca do Recife Antigo*. Rio de Janeiro: Livraria-Editôra da Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SILVA, C. *Liberalismo, progresso e civilização: povos não europeus no discurso liberal oitocentista*. Lisboa: Editora Almedina, 2008.

TOSCANO, Frederico de Oliveira. *À Francesa - A Belle Époque do comer e do beber no Recife*. Recife: Cepe Editora, 2014.